



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

DOI: 10.15448/1677-9509.2018.2.29974

Etnografia de práticas de serviço social: fenomenologia, holismo e poder*

Ethnography of social service practices: phenomenology, holism and power

TELMO HUMBERTO LAPA CARIA**

OCTÁVIO JOSÉ RIO DO SACRAMENTO***

PEDRO GABRIEL SILVA****



RESUMO – Com base numa etnografia realizada com profissionais de Serviço Social em diversos serviços de protecção social e de desenvolvimento social local no norte de Portugal, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre os limites do holismo etnográfico e evidencia as possibilidades da abordagem fenomenológica, considerando para tal os processos intersubjectivos e de poder inerentes à compreensão cultural. O acompanhamento destas profissionais no terreno, em contextos de trabalho, permitiu-nos compreender, a partir de uma perspectiva fenomenológica, como as mesmas constroem, mobilizam e recontextualizam o saber profissional no decurso das práticas e interacções dos seus quotidianos laborais. Por outro lado, mostrou-nos como as dinâmicas interaccionais entre quem faz a etnografia e os sujeitos sob observação fomentam processos de reflexão e de compreensão entre estes últimos que se entrecruzam com incrementos de estatuto e poder, não só no quadro da relação etnográfica, mas também no âmbito das relações com demais actores da ecologia profissional.

Palavras-chave – Etnografias profissionais. Holismo. Fenomenologia. Poder. Serviço Social.

ABSTRACT – Drawn from an ethnography conducted with social workers working in welfare and local community development services in northern Portugal, the paper proposes a critical reflection on the limits of holism and on the prospects offered by the phenomenological approach as well as the implied intersubjective process of cultural comprehension. A series of professional ethnographies allowed the researchers to perceive how social workers constructed, mobilized and recontextualized professional knowledge in the course of everyday practice and social interaction. The phenomenological approach allowed perceiving how the participating social workers intersubjectively built their professional knowledge, either in the course of professional social interaction or while reflecting on and interpreting their own interactions with others. In this course, we discuss how the interactional rapport between ethnographers and observed social workers bolsters a process of power relativization that leads to professional empowerment.

Keywords – Professional ethnographies. Holism. Phenomenology. Power. Social Work.

* Texto em português de Portugal.

** Professor Catedrático em Sociologia do Conhecimento Profissional, Docente de Sociologia e Antropologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Investigador Integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares em Desenvolvimento (CETRAD), Vila Real, Portugal e Investigador colaborador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto. CV: <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=2258756348856180>. E-mail: tcaria@utad.pt.

*** Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e Investigador Integrado no Centro de Estudos Transdisciplinares em Desenvolvimento (CETRAD), Vila Real, Portugal. CV: <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4641782651459817>. E-mail: octavsac@utad.pt.

**** Professor Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, investigador integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Vila Real, Portugal. CV: <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=978174454237395>. E-mail: pgpsilva@utad.pt.
Submetido em: fevereiro/2018. Aprovado em: setembro/2018.

Desde os anos de 1980 que a tradição antropológica de investigação social tem frisado, contra as correntes científicas positivistas e realistas das ciências sociais, que o texto etnográfico tem autoria, tendo esta orientação sido objecto de múltiplas considerações (CLIFFORD, 1980, 2008; CLIFFORD; MARCUS, 1986; MARCUS; CUSHMAN, 1982; RABINOW, 1985). Em associação com esta reflexividade científica, as formas e os conteúdos das práticas etnográficas de terreno também têm sido objecto de forte debate epistemológico, quer quanto às relações de poder envolvidas, quer quanto à relevância de estudar grupos sociais locais face à globalização das relações sociais. Dito de outro modo, as noções de compreensão e de holismo têm estado sob considerável escrutínio e problematização, pois, de um modo geral, estes conceitos têm sido assumidos como os dois marcos fundacionais da etnografia, desde Malinowski (2002), enquanto método da Antropologia Social.

Para nos juntarmos a esta discussão, assumimos em relação ao conceito de compreensão uma perspectiva fenomenológica. Esta, originalmente, ganhou forma na filosofia (HUSSLER, 2012; MERLEAU-PONTY, 1945), tendo, posteriormente, produzido importantes repercussões científicas em algumas das tradições históricas de pensamento e de investigação empírica da Sociologia e da Antropologia (DESJARLAIS; THROOP, 2011; DURANTI, 2010; FABIAN, 2007; HALLOWELL, 1955; JACKSON, 1996; LEHN; HITZLER, 2015; SCHUTZ, 1962; TURNER; BRUNER, 1986). Nesta perspectiva, entendemos que a abordagem etnográfica, mais do que centrar-se em *noumena* (objectos de análise de uma realidade cultural externa naturalizada) e compreendê-los enquanto portadores de uma suposta estrutura ontológica de sentido, passa por um empreendimento intersubjectivo de descodificação contingencial dos *phenomena*,¹ das experiências, sensibilidades e interpretações de indivíduos concretos que, instados pelo etnógrafo, pensam reflexivamente a sua própria relação com o mundo da “atitude cultural” (DURANTI, 2010) e sobre ele produzem múltiplas “províncias de sentido” (SCHUTZ, 1962).

Ao centrar-se na compreensão de determinadas esferas ou objectos da vida vivida, a etnografia dificilmente poderá continuar a assumir a ambiciosa pretensão de abarcar totalidades sociais e experienciais. É, por isso, também nosso objecto reconsiderar, aqui, o holismo enquanto ambição original do exercício etnográfico. Esta é uma discussão que ganha especial pertinência tendo em conta a fluidez que tende a caracterizar a vida social contemporânea (BAUMAN, 2000), a multiplicação dos sistemas de significação (HALL, 2007), a centralidade da experiência mediática na composição do “mundo fenoménico” de cada um (GIDDENS, 2002) e a crescente individualização e reflexividade das biografias (BECK; BECK-GERNISHEIM, 2002; GIDDENS, 2002; LASH, 2001).²

As nossas reflexões têm por base a estratégia de investigação etnográfica desenvolvida junto de profissionais de diversos serviços de protecção social e de desenvolvimento social local no norte de Portugal (concelhos do Porto, Gaia, Braga e Vila Nova de Famalicão). Todas as profissionais de serviço social do sexo feminino operavam no quadro de equipas multiprofissionais e de organizações burocráticas sem fins lucrativos do terceiro sector de prestação de serviços sociais, desenvolvendo a sua actividade no âmbito de parcerias público-privadas sob a tutela legal, política e financeira do Estado central (AUTOR; PEREIRA, 2014a). O estudo etnográfico realizou-se entre Setembro de 2011 e Março de 2012, tendo sido, entretanto, publicado em livro (AUTOR; PEREIRA, 2017). Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projecto de investigação [DETALHES RETIRADOS PARA AVALIAÇÃO CEGA]³, inserido numa pesquisa mais ampla sobre a burocratização do trabalho social profissional (AUTOR, 2013; AUTOR; PEREIRA, 2014b, 2016). Para a selecção das profissionais-participantes, nesta fase final, excluíram-se todos os assistentes sociais que não tinham um trabalho relacional directo, regular e continuado com os clientes-cidadãos dos serviços, em virtude de ocuparem cargos formais e posições superiores na hierarquia das organizações.

A estratégia de investigação desenvolvida tinha por base estudos etnográficos anteriores, desenvolvidos em Portugal e no Brasil (AUTOR, 2014; RAMOS, 2014; AUTOR; RAMOS, 2015), sobre o tema do trabalho e do saber profissionais com enfermeiros em contexto hospitalar (AMENDOEIRA, 2009), com professores do ensino básico e do ensino técnico em escolas públicas (AUTOR, 2000; SANTOS, 2012), com engenheiros agrários em associações de produtores florestais (PEREIRA, 2005), com licenciados em ciências sociais em actividades de educação não formal de adultos em ONG (LOUREIRO, 2005), com médicos veterinários em clínicas privadas (AUTOR, 2005), com educadores do ensino especial público (FILIPE, 2005),

com assistentes sociais do sector público e do sector social não lucrativo (GRANJA, 2008), com técnicos da indústria petrolífera (FARTES, 2012), com guias turísticos de empresas privadas (MONTES, 2013).

Fenomenologia social e construção da realidade profissional

Uma parte significativa da investigação em ciências sociais visa apenas explicar e descrever regularidades sociais e simbólicas. Uma das formas de o fazer é transformar representações sociais e práticas sociais em variáveis e analisar as relações estatísticas correspondentes. Mesmo que não se vá ao ponto de transformar as representações e práticas sociais em variáveis e em estatísticas, a lógica da explicação das regularidades sociais e simbólicas em ciências sociais pretende colocar a hipótese de saber em que medida existem, na sociedade, estruturas do pensamento e da acção social exteriores à consciência individual, que acabam por ser reproduzidas nas representações e práticas sociais comuns. Dá-se como garantido que existe uma realidade social exterior à subjectividade dos actores sociais e que esta determina, total ou parcialmente, os seus comportamentos atitudes e opiniões. Quando se pressupõe que esta relação de determinação explicativa é parcial, admite-se que a consciência e reflexividade dos actores sociais poderão ter um efeito sobre as regularidades estruturais que organizam a sociedade, embora esse efeito, numa escala macrossocial, esteja para além da vontade e do controlo social imediatos da acção. Também se admite, para levar a cabo esta orientação de pesquisa, que o cientista social conseguirá encontrar os caminhos metodológicos adequados que permitam garantir a objectividade da informação obtida sobre a realidade social exterior, ainda que ela seja recolhida por observação, inquirição e por documentação, tendo por base a subjectividade dos actores sociais, e seja filtrada pela subjectividade, escrita e reflexividade científicas do próprio investigador.

Ora, uma perspectiva fenomenológica para as ciências sociais não dá estas garantias. Não garante, por exemplo, que haja uma realidade exterior ao pensamento humano capaz de explicar as representações e práticas dos actores sociais, pois, como destaca Schutz (1962, p. 230), “it is the meaning of our experience and not the ontological structure of the objects that constitutes reality”. Por outro lado, não garante que as metodologias científicas sejam absolutamente estranhas à reflexividade social envolvida nos processos de inquirição e documentação social. Nesta perspectiva, a realidade é uma construção social que emerge da intersubjectividade na medida em que partilhamos uma vivência social comum com outro, sem prejuízo de se poder, também, construir, do ponto de vista epistemológico e metodológico, um discurso legítimo de objectivação científica do mundo social.

Este modo de formular e perspectivar a investigação em ciências sociais tem grande afinidade com a tradição antropológica de investigação social que, desde os anos de 1980, se tem desenvolvido contra as correntes científicas positivistas e realistas das Ciências Sociais. Além do mais, os próprios posicionamentos epistemológicos da fenomenologia têm vindo a ganhar alguma adesão e relevância no campo da antropologia e, como destacam Desjarlais e Throop (2011, p. 88), têm ajudado os antropólogos a reconfigurar “what it meant to be human, to have a body, to suffer and to heal, and to live among others”. Dito de outro modo, a intersubjectividade é a condição socio-epistemológica fundacional de toda a investigação etnográfica, tal como, de resto, acontecerá em qualquer exercício que almeje a compreensão (*verstehen*) de que nos falava Max Weber (1991), um dos grandes precursores da linhagem anti-positivista nas ciências sociais, em finais do século XIX.

Os estudos etnográficos que temos desenvolvido sobre o trabalho e o saber profissionais estão suportados neste princípio fenomenológico de construção intersubjectiva da realidade, no qual se direcciona o olhar, em primeira mão, para as experiências da vida *embodied* na singularidade da percepção, consciência e discurso dos actores sociais (CSORDAS, 1990). Princípio no qual, em segunda mão, se percebe que a prática etnográfica, de interacção social, de escrita no terreno e o etnógrafo são partes integrantes e co-participantes na construção fenomenológica da realidade profissional. À linha de investigação que

concretiza o princípio fenomenológico de construção da realidade profissional temos chamado *etnografias profissionais*.

Em geral, as etnografias profissionais correspondem ao uso do método etnográfico no estudo dos contextos de trabalho dos grupos profissionais que possuem diplomas de ensino superior, para os quais o conhecimento abstracto e científico ocupa um lugar central na legitimação das suas posições na divisão social do trabalho. Trata-se, no entanto, de um trabalho que não é apenas intelectual, de uso de conhecimento teórico, mas, principalmente, técnico e prático, dependendo, por isso, de um saber tácito e oral construído na interacção social para agir num contexto de prestação de serviços (AUTOR, 2011). Neste quadro, os enunciados teóricos e abstractos da educação formal superior dos profissionais apenas são considerados como parte do saber profissional quando são mobilizados (e recontextualizados) nas actividades quotidianas de interacção social (tanto na forma discursiva-textual como dispositivos de legitimação dos diagnósticos sociais e do conteúdo da interacção social, como na forma prático-oral como dispositivos de justificação de estratégias e valores para a acção e de ordenação e formalização da interacção social (AUTOR, 2010).

Estudo etnográfico do trabalho social em tempo curto

Na etnografia profissional em serviço social que temos por referência – realizada com seis profissionais do sexo feminino que, como referimos, actuavam em diferentes equipas profissionais de serviços de protecção social e de desenvolvimento social local no quadro de organizações burocráticas do sector social não lucrativo – pudemos realizar a observação participante do quotidiano de trabalho social durante quatro a cinco semanas com cada profissional (distribuídos por apenas três dias de cada semana), perfazendo um total de cerca de 80 dias úteis de trabalho (em média cerca 13,5 dias por cada profissional), equivalente a cerca de 600 horas de presença no terreno (em média, 100 horas por cada profissional).

Tomou-se como objecto central do registo etnográfico dos diários de campo todas as interacções sociais (incluindo aquelas que eram realizadas à distância por telefone ou telemóvel) que cada profissional realizava com os pares, com a hierarquia da organização e/ou da tutela público-estatal, com os parceiros dos serviços localizados noutras organizações e com clientes-cidadãos de cada um dos serviços prestados, tendo em vista perceber como é que os profissionais associavam práticas de trabalho e significações da actividade e como é que, por via da intersubjectividade evidenciada, explicitavam e/ou deixavam implícitos os saberes que lhes permitiam ter a competência discursiva e competência prática para agir de modo profissional.

Numa primeira interpretação do tempo de trabalho de campo disponibilizado para este estudo poderemos dizer que ele foi bastante curto, tendo em consideração outras etnografias profissionais já realizadas anteriormente. De facto, a abertura destes serviços e organizações para colaborar neste estudo e a disponibilidade destes profissionais para nele participarem sempre foi bastante limitada, pelo que tivemos que conceber uma estratégia de investigação etnográfica de curta duração. Assim podemos dizer que estamos em presença (por comparação com as anteriormente realizadas) de uma *etnografia profissional focalizada e de tempo curto*, cunhada por Pink e Morgan (2013) de *short-term ethnography*. Para obviar a esta limitação, optámos por multiplicar o número de locais de trabalho em análise, por dispersar a observação participante por seis profissionais, localizados em seis diferentes equipa/serviço e, também, em seis organizações diferentes. Esta opção acabou por determinar uma individualização do estudo etnográfico, tomando como centro de análise cada um dos profissionais e nunca o grupo-equipa de trabalho social de cada serviço/organização. Em consequência, numa segunda interpretação da estratégia que desenvolvemos neste estudo, podemos dizer que existiu uma forte “individualização etnográfica”, sem que se tenha desenvolvido qualquer procedimento de análise biográfica sobre os profissionais que pudesse contextualizar o trabalho de cada participante no âmbito, mais amplo, da sua identidade social quotidiana, relativos à sua trajectória profissional e/ou aos espaços e tempos exteriores ao trabalho. Assim, o foco de

atenção e análise nunca esteve no *self* de cada profissional, mas antes no modo como cada participante procedia à construção intersubjectiva do saber profissional quando se encontra em situação de interacção social e/ou quando tomava como objecto dos seus relatos e interpretações as suas próprias interacções com outros e dos outros consigo. Efectivamente, as unidades de análise nunca foram indivíduos, mas sim as suas práticas, as suas actividades e as situações de trabalho vividas pelas participantes, que, no caso, eram objecto da sua reflexividade prática e discursiva face ao contexto em que actuavam e em que eram observadas e interpretadas pela etnógrafa.

Para melhor conseguir este propósito foi acordado com as profissionais que a etnógrafa⁴ iria ocupar um espaço físico junto de cada participante: uma secretária no gabinete da participante, junto a esta, para que, a partir dessa contiguidade, pudesse facilmente observar e ouvir todas as actividades e conversar, com alguma reserva, com a etnógrafa sobre observado e ouvido, antes ou depois dos acontecimentos, e, também, para que pudesse, sempre que necessário, acompanhar a participante nas suas deslocações em actividades do serviço fora do gabinete, noutros serviços da mesma organização e em serviço externo.

A etnógrafa foi aceite e integrada nos locais de trabalho, em modalidades diferenciadas, mas a sua presença nunca se chegou a banalizar totalmente. Como já esperávamos, o tempo de permanência foi demasiado curto para que as relações de poder se pudessem informalizar e diluir ao ponto das restantes profissionais não-participantes e demais trabalhadores poderem ser totalmente indiferentes à presença da etnógrafa⁵. Para os profissionais, a nossa presença esteve sempre associada à marca simbólica da Universidade. Era esta instituição que se sentia estar ali entre eles, mesmo quando a etnógrafa parecia ser ignorada e esquecida pela profissional-participante, ou quando esta se auto-desvalorizava e se apresentava formalmente apenas como uma etnógrafa-bolseira. Assim, na estratégia etnográfica de investigação que concebemos, sempre entendemos que tínhamos que ter um comportamento no terreno que desse um sinal inequívoco para as participantes de que os utentes - ou outros interlocutores externos ao grupo profissional - não eram o nosso objecto central de investigação. Quando a presença da etnógrafa “era considerada mais invasiva” dos espaços e dos tempos de trabalho de outros profissionais, por exemplo, ao realizar-se, em conjunto com a profissional participante, nas actividades de trabalho de equipa, aí, aparecem sinais de desconfiança e de menor à-vontade. Situações houve em que a profissional participante reportou à investigadora as “preocupações” manifestadas pelos colegas de trabalho. Para obviar a este ambiente percebe-se que as participantes procurem “individualizar a etnografia”, como se a presença da etnógrafa não implicasse mais ninguém. Percebe-se, também, que as reuniões de equipa, com ou sem a hierarquia, possam ser um espaço e um tempo de trabalho mais problemático para a generalidade dos que “querem ser indiferentes” à presença da etnógrafa. Ocasionalmente, as participantes, quando conversam informalmente com as equipas, não deixam de “aderir ao ambiente” e acabam por dizer, jocosamente, que estão a ser controladas, ou a ouvir outros dizer que estão a ser avaliadas e controladas. A par deste ambiente, nas interacções com as participantes a continuada presença da etnógrafa não parece ter levantado problemas de relevo na maioria das situações, parecendo, no final do período de permanência, ter-se banalizado a sua presença. A etnógrafa actuou sempre como se fosse uma “sombra” de cada uma das profissionais, procurando colocar-se sempre numa posição periférica ao processo de construção intersubjectiva da realidade, sempre junto da participante, como se se tratasse de uma iniciante da profissão, subordinada ao poder que os autóctones (os mais velhos no local e na profissão) tinham sobre o que é o saber profissional em contexto de trabalho social, chegando mesmo a ocorrer situações de interacção social em que a etnógrafa estava presente, sem antes ter sido apresentada a membros da equipa com os quais a participante apenas tinha contactos ocasionais. Pontualmente, a etnógrafa ajudou na realização de tarefas colectivas, sempre que via isso como uma vantagem para a sua mais fácil integração no local, mas em nenhum momento aceitou ser o centro das interacções e ser o ponto focal da atenção dos profissionais das equipas.

Questionando o holismo cultural

A individualização etnográfica e a etnografia não-biográfica deste estudo tornam muito evidente a não existência de qualquer ambição de holismo cultural, ao contrário da generalidade das abordagens intersubjectivas e compreensivas das ciências sociais que se reclamam da tradição de investigação antropológica anglo-saxónica fundada por Malinowsky (OTTO; BUBANDT, 2010) e que está na génese científica do método etnográfico. Na história da investigação etnográfica sobre as culturas, o método etnográfico começou por se desenvolver e se ajustar ao estudo de pequenas comunidades rurais ou de sociedades de interconhecimento, exteriores ao mundo moderno, capitalista e urbano. Nestes estudos, a delimitação espacial e temporal do que se observava e as pessoas que seriam envolvidas não ofereciam dúvidas. As diferentes dimensões da vida social encontravam-se bem concentradas e podiam ser analisados em conjunto, quase como totalidades. Ora, esta tradição de investigação contribuiu para sedimentar a ideia de que as etnografias deviam seguir um princípio holístico de descrição e análise.

Hoje, este princípio holístico não parece ter validade. O movimento e a hiper-conectividade que caracterizam presentemente o mundo ajudam, desde logo, como já foi dito, a entender a inoperância do holismo etnográfico, pelo menos nos moldes em que originalmente foi designado. Em segundo lugar, temos de ter em conta a crescente segmentação, tanto espacial, como temporal, dos quotidianos de vida contemporâneos, especialmente nas sociedades capitalistas, assim como o relativo enfraquecimento das funções sociais das pequenas comunidades locais enquanto formas privilegiadas de organização da sociedade e socialização dos indivíduos. Em terceiro lugar, o facto de toda e qualquer área da ciência procurar explicações da realidade a partir de sistemas e estruturas de relações complexas e incertas. Ora, à luz do princípio fenomenológico considerado neste texto, há que ter em consideração que os objectos etnográficos não representam entidades totais e absolutas, mas experiências parciais e relativas subjectivamente situadas (DESJARLAIS; THROOP, 2011, p. 90).

Assim, em geral, as etnografias profissionais não dizem respeito às culturas de trabalho de grupos locais, mas sim às culturas de actividade dos profissionais, delimitadas pelo tempo e pelo espaço que os próprios definem, ainda que de uma forma implícita, como sendo o contexto de trabalho. Embora os grupos profissionais convivam e se relacionem com outros grupos sociais⁶, o que interessa para as etnografias profissionais é o conhecimento em detalhe dos próprios contextos de trabalho, nos termos em que os participantes na actividade os definem e os diferenciam de outros contextos e de outras actividades profissionais. Tal significa que, na mira das etnografias profissionais, está o estudo do modo como os sujeitos experienciam e constroem os processos de trabalho, como evidenciam, apesar dos constrangimentos institucionais, poder para manejar os recursos e competências disponíveis para desenvolver um saber e uma cultura próprias, isto é, uma agência social e profissional.

Nesta lógica, as etnografias profissionais focam-se nas actividades de trabalho, sem que isso implique descrever e explicar o saber profissional a partir de outros contextos, sem que esse saber dependa de um sistema de relações entre o trabalho e outros aspectos e contextos de vida quotidiana. Trata-se, portanto, de uma análise contextual do trabalho, tal como é definida pelos profissionais, enquanto saber que lhes é próprio para operar e agir. Os enquadramentos sociais e institucionais mais amplos, relativos às identidades sociais dos trabalhadores em causa, por via das suas trajectórias sociais ou relativos às estruturas e sistemas de relações com outros grupos sociais com que interagem, enquanto dados de natureza macro, não são ignorados, mas não são usados como factores e critérios explicativos da escala contextual de acção e análise. Tão pouco se espera encontrar, ao nível contextual, uma unidade de natureza holística quanto à coerência e congruência de situações e de posicionamentos dos membros dos grupos profissionais que permita estabelecer qualquer associação directa entre as diferentes escalas de análise.

Fala-se de cultura de actividade profissional, porque há um processo de trabalho colectivo que, de modo intersubjectivo, constrói um quotidiano vivido em comum, ainda que a contribuição e a partilha que cada indivíduo empresta (aos outros membros da actividade) a esta cultura de trabalho seja bastante

ambígua e desigual, podendo assumir formas e conteúdos muito heterogêneos e fragmentados. Apesar desta ambiguidade e fragmentação da actividade, as etnografias profissionais conseguem captar uma unidade e uma ordem na actividade cultural dos profissionais, porque a existência de um processo de trabalho colectivo implica também a existência de um saber partilhado entre os indivíduos que possa garantir, num mesmo espaço de interlocução, uma suficiente coordenação da acção entre todos os indivíduos e, na mesma sequência temporal, uma suficiente coerência de sentido entre as diversas situações vividas (DODIER, 1993; QUÉRÉ, 1998; QUÉRÉ; SCHOCH, 1998). Agir em coordenação com outros e dar continuidade e sequência ao sentido definido para as situações sociais supõe entender que as etnografias profissionais compreendem os fenómenos culturais em movimento e constroem a realidade em fluxo, incluindo nelas a variação das pessoas, das acções e dos acontecimentos (MARCUS, 2002).

Assim, a cultura da actividade profissional é determinada pela agência social, e não apenas pelos constrangimentos institucionais e estruturais, sendo, portanto, um campo de possibilidades de acção onde, simultaneamente, podem ser gerados processos de homogeneização e de diferenciação do fazer e do pensar na interacção social, dando origem, tanto a configurações sociais ordenadas e conformadoras da acção, como a configurações discrepantes e perturbadoras das relações de poder dominantes.

Compreensão fenomenológica

A história do método etnográfico na Antropologia Social indica que a possibilidade de compreender uma cultura de actividade profissional implica como primeira condição de objectividade científica a adopção do ponto de vista do “outro”. Mas, se na linha da crítica que fizemos ao holismo etnográfico, entendemos que, para legitimar a autoridade etnográfica e para compreender uma cultura de actividade não é preciso uma análise da totalidade cultural (local e/ou biográfica), de onde pode advir a possibilidade de entendimento do outro, que não passe pela ilusão holístico-cultural?

Partindo da filosofia fenomenológica de Husserl, Duranti (2010) destaca a função central da intersubjectividade na compreensão da vida social. O mesmo autor refere-se a essa intersubjectividade com base em quatro pressupostos: (i) é mais do que entendimento mútuo ou partilhado, (ii) assume-se, acima de tudo, como possibilidade de trocar de lugares com o outro (*platzwechsel*) por via de uma empatia (*einfühlung*) que nos permite incorporar compreensivamente a sua condição, acções e sentimentos, mantendo o nosso lugar e as nossas idiosincrasias,⁷ sendo, por isso, (iii) factor de objectividade, já que nos permite apreender, em pensamento, o lugar do outro, o seu olhar sobre a realidade e, inclusive, o olhar reflexivo sobre o seu próprio olhar, sem esquecer que se trata de (iv) uma condição ontológica do ser-no-mundo, constituindo-se como possibilidade da interacção e da compreensão e não como simples efeito ou produtos destas.

O processo de compreensão cultural decorrente da investigação etnográfica desenvolvida num quadro da intersubjectividade implica, ainda, segundo a fenomenologia, um acto de *epoché*, também apelidado de *bracketing* ou de “redução fenomenológica” por Husserl (DESJARLAIS; THROOP, 2011; DURANTI, 2010; LUFT, 2004).⁸ Trata-se, assim, de um procedimento epistemológico que pressupõe colocar entre parêntesis, em suspensão, a crença pré-reflexiva (“atitude natural”) nos fenómenos como realidades em si mesmas, reificadas, externas e independentes dos sujeitos, e implica redireccionar o olhar para a vivência pessoal, consciência e produção de sentidos sobre esses mesmos fenómenos. No decurso do seu trabalho, o etnógrafo terá, inevitavelmente, de assegurar um duplo acto de *epoché*: um relativamente a si próprio, à sua subjectividade, familiaridades e senso comum, e um outro, que terá de suscitar junto dos seus informantes, criando condições para que eles suspendam o olhar natural sobre os elementos da cultura como exterioridades e adoptem um posicionamento ou “atitude teórica” (HUSSERL, 1989) de reflexão sobre as suas próprias subjectividades, ou seja, sobre as experiências, percepções e significados pessoais desses mesmos elementos. A este posicionamento teórico, reflexivo, soma-se a teoria científica do próprio etnógrafo, fazendo do conhecimento um acto intersubjectivo em que olha reflexivamente para

o olhar reflexivo dos actores sociais. Neste contexto, a fenomenologia indica-nos que a pesquisa etnográfica pode ser mais do que uma construção intersubjectiva da realidade, pois é capaz de desencadear processos sociais de suspensão partilhada da atitude natural perante o mundo. Tornam-se, dito de outro modo, lugares sociais *sui generis* de produção de práticas e de escritos nos quais se consegue algum controlo sobre o etnocentrismo cultural, e, em particular, sobre os efeitos de poder simbólico da cultura científica e académica sobre a vida social, ainda que o etnógrafo nunca deixe de ser o seu principal agente no terreno em virtude de ser o principal autor dos textos etnográficos.

Com base nesta perspectiva fenomenológica, podemos dizer que tudo começa com a prática do terreno, onde se concretizam as relações sociais desiguais de poder cultural e simbólico através da prática etnográfica de interpretação e anotação das interações sociais observadas e ouvidas, e onde começamos a testar a nossa capacidade de etnógrafos para comparar diferenças e relativizar etnocentrismos. Um processo continuado na escrita do texto etnográfico, onde se manifesta a legitimidade da cultura científica para traduzir as culturas e os saberes profissionais. Quer isto dizer que a descrição e interpretação que constam das primeiras notas de campo e posteriores registos organizadas no diário de campo têm sempre que ser filtradas pelas construções de sentido da realidade que os indivíduos sociais observados e descritos dão sobre as suas próprias condições de vida.

Em rigor, existem vários filtros a operar: a percepção e a subjectividade dos indivíduos em estudo sobre as suas condições de existência; as possibilidades de, na interacção com o etnógrafo, comunicarem esta sua construção intersubjectiva da realidade; a interpretação e a tradução que o etnógrafo estabelece no terreno entre esta interacção social e os códigos e linguagens legítimos de produção etnográfico-científica, a começar pela forma de escrita do diário de campo.⁹ Não há, portanto, como seria de esperar do ponto de vista fenomenológico, uma relação de transparência entre o diário de campo e a realidade social tal como ela se dá a ver ou a ouvir ao etnógrafo na interacção social.

A relativização do poder nas interações de terreno

Através da prática de terreno o etnógrafo dá sinais, contínuos e regulares, verbais e não-verbais, aos seus interlocutores, de que quem tem o poder para decidir, em primeira instância, sobre o que é fenómeno cultural naquela actividade, não é o etnógrafo, apesar de todos reconhecerem que detêm as competências e os recursos que lhe granjeiam maior poder simbólico sobre o conhecimento abstracto e científico. Ali, quem tem a competência prática de saber o “como”, o “quando”, o “quê”, “com quem” e “para quê” da actividade é o sujeito autóctone que a desempenha, sendo que, por referência a este contexto, o etnógrafo terá sempre uma posição subordinada, equivalente à de um neófito com muita vontade de aprender, ainda que possa ser aquele a quem, potencialmente, se reconhece maior competência discursiva para legitimar o “saber da actividade” numa linguagem dirigida ao exterior.

No caso do estudo etnográfico que tomámos como referência, esta posição de subordinação (a que atrás também chamámos de periférica) teve manifestações e práticas muito específicas a que demos particular atenção, a saber: em nenhum momento a etnógrafa se autorizou a tomar a iniciativa de interagir com outros que não fossem com a participante; se autorizou a falar com a participante sobre a actividade e o contexto de trabalho que ia observar (ou que se tinha observado antes) sem que antes tivesse havido alguma indicação verbal para que os acontecimentos ocorridos ou planeados pudesse ser objecto de conversa; se autorizou a participar em actividades quotidianas do serviço para que não tivesse sido convidada; se autorizou a sair do gabinete e do serviço sem dar conhecimento à participante do que ia fazer (nem que fosse apenas para ir à casa de banho); se autorizou a aproximar-se da secretaria da participante, para melhor ver e ouvir o que se fazia e falava, sem que antes tivesse havido alguma indicação verbal, ou não verbal, para o fazer; se autorizou a acompanhar a participante nas actividades do serviço fora do gabinete (como referimos atrás, enquanto sombra) sem que antes tivesse sido convidada a fazê-lo.

De acordo com estes exemplos percebe-se que a observação participante torna-se o centro da prática científica de compreensão cultural, antes de qualquer registo ou nota de campo, pois é dela que depende a possibilidade de se suspender a atitude natural mútua e de se relativizarem etnocentrismos, ao procurar-se, na interacção social, inverter as relações de poder dominantes e desiguais entre o mundo científico e académico. Dito de outro modo, de um ponto de vista fenomenológico a possibilidade de desenvolver conhecimento social numa relação de alteridade não resulta apenas da construção intersubjectiva da realidade. A objectivação da autoridade etnográfica está no questionamento e relativização das relações de poder e, conseqüentemente, no desenvolvimento de práticas de terreno que tornem evidente para os autóctones que são eles que têm o poder para decidir sobre o curso do trabalho etnográfico.

Muitos dos exemplos apresentados não deixaram de ser perturbadores para a etnógrafa, pois a partir da primeira semana de trabalho de campo cada vez mais os convites para ela se autorizar a agir de um certo modo eram em muitas situações feitos de modo implícito, em linguagem não-verbal, parecendo ser assumidos pela participante como devendo ser óbvios e garantidos. Quando se tratavam de actividades rotineiras e/ou previstas antecipadamente era fácil à etnógrafa descodificar os sinais da comunicação não-verbal e saber o que devia fazer, mas quando se tratavam de actividades e acontecimentos não previstos, o que era óbvio fazer não era nada evidente. Daí que a etnógrafa, para ser coerente com o princípio de aceitação do poder da participante sobre o curso do trabalho etnográfico, tivesse, nestas situações, que lhe perguntar se devia ou podia segui-la, ou, na impossibilidade de tempo para perguntar, tivesse que improvisar e adivinhar o que seria de fazer. As hesitações foram muitas, mas isso permitiu tornar a etnógrafa mais consciente daquilo que entendíamos ser necessário praticar para conseguir relativizar o poder simbólico da academia perante os profissionais: tornar evidente, aos olhos das participantes, os limites do nosso poder simbólico no curso da interacção etnográfica.

Inversamente, também a presença continuada e permanente da etnógrafa se tornou perturbadora, ou, pelo menos, incómoda para a participante, dado que, em vários momentos, a sua intimidade pessoal pareceu estar em risco, ou, pelo menos, pareceu que existiam “segredos” da actividade profissional que, ao surgirem de modo imprevisto, não era esperado serem observados pela etnógrafa. Em algumas situações, a participante não deixou de solicitar verbalmente à etnógrafa para não a acompanhar (ou para se ausentar do gabinete durante algum tempo), mas, na maioria destas situações, a etnógrafa teve que ter a atenção e o cuidado de perceber, de um modo implícito, que a sua presença podia estar a “ser invasiva” e que, por conseguinte, para ser coerente com o princípio de aceitação da autoridade da participante sobre o curso do trabalho etnográfico, devia, nestas situações, quebrar o acordado e, por sua iniciativa, deixar, durante algum tempo, de acompanhar e seguir a participante. As hesitações, também aqui, foram muitas, mas é evidente que, ao quebrar o acordado com a participante, a etnógrafa estava, ao mesmo tempo, a dizer que a eventual dificuldade desta em explicitamente criar uma excepção à regra negociada para a realização do trabalho etnográfico (hipoteticamente por falta de autoridade simbólica perante a etnógrafa) era possível e aceite, mesmo para situações (imprevistas) que não tinham sido inicialmente acordadas como interditas ao olhar da etnógrafa. Também aqui as hesitações permitiram tornar claro à consciência da etnógrafa que o poder do outro não se obtém pela sua vontade unilateral, antes constrói-se na prática por via do modo como reordenamos a desigualdade simbólica na interacção social, suspendendo aquilo que parecia ser mais natural ocorrer.

Conclusão

Tendo como referência o estudo de práticas realizadas por assistentes sociais nos seus quotidianos laborais, procurámos destacar ao longo do texto os contornos e as vicissitudes de uma abordagem etnográfica ancorada nos princípios epistemológicos da fenomenologia, bem como as suas particulares potencialidades de pesquisa empírica em contextos sociais mais fluidos, complexos e segmentados. No

caso da investigação sobre culturas profissionais, tal abordagem permite-nos compreender os sistemas simbólicos de normas e valores mobilizados pelos profissionais no quadro das suas próprias experiências e discursividades. Esta compreensão emerge de um processo intersubjectivo de construção da realidade resultante da dialéctica que se desenvolve entre o etnógrafo e os seus informantes no terreno. A dialogia da experiência etnográfica é, assim, o grande eixo constitutivo das percepções, reflexividades e discursos que informam a atribuição de sentidos às práticas profissionais por parte dos actores sociais e, ao mesmo tempo, o quadro sensorial e perceptivo no âmbito do qual o etnógrafo acede, de forma mais ou menos explícita, às disposições, actividades e narrativas que configuram as experiências daqueles que observa. Fora desta intersubjectividade pautada por reflexividades reciprocamente suscitadas não existe realidade passível de apreensão, compreensão e construção etnográfica.

As dinâmicas relacionais que sustentam e legitimam a etnografia enquanto exercício partilhado de (des)codificação cultural não implicam, como pudemos constatar, a observância do princípio malinowskiano do holismo cultural, inicialmente preconizado para o estudo de pequenos grupos ou comunidades caracterizadas por uma forte integração e sentido de totalidade das diferentes manifestações da sua vida social. Quer isto dizer que, do ponto de vista fenomenológico que aqui apresentámos, é perfeitamente possível uma etnografia sem pretensões holísticas. Desde logo, porque o foco etnográfico não recai em supostas totalidades sociais supra-individuais e meta-experienciais, mas sim na tradução de vivências e subjectividades relativamente segmentadas, partilhadas com o etnógrafo no quadro dos encontros que o trabalho de terreno proporciona. Exemplificámos esta perspectiva ao mostrar como as etnografias profissionais, sempre muito organizadas em função das circunstâncias e contingências vividas pelos próprios profissionais acompanhados, incidiam nas suas experiências e formas de agência individuais em situações laborais específicas, não prestando especial atenção a dimensões estruturais do contexto de trabalho e muito menos a outras esferas da vida quotidiana dos técnicos em causa. O resultado foi um conjunto de exercícios relativamente breves de estudo etnográfico bastante dirigidos para os posicionamentos operativos dos técnicos nos seus ambientes de trabalho, o que nos permite, pelo menos, matizar a concepção clássica da etnografia como uma abordagem de longa duração. No tempo curto também há espaço para a etnografia, afinal, como dizia Hannerz (2003, p. 212), “ethnography is an art of the possible, and it may be better to have some of it than none at all”. Contudo, também é verdade que esta menor duração poderá comprometer a criação de suficiente familiaridade e empatia para a relativização do poder simbólico do etnógrafo nas interacções de terreno, sem a qual dificilmente se poderá captar o ponto de vista dos actores sociais e assegurar a objectivação da autoridade etnográfica.

Financiamento

Este trabalho é financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) (Projeto nº [detalhes retirado para avaliação cega]; Referência do Financiamento: [detalhes retirado para avaliação cega]); Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com a ref. nº. [detalhes retirado para avaliação cega]; e ref. nº. [detalhes retirado para avaliação cega]. Este trabalho é também financiado (parcialmente) no âmbito do programa estratégico do CIIE, com a referência “[detalhes retirado para avaliação cega]”.

Bibliografia

- AMENDOEIRA, J. **A formação em enfermagem: que conhecimentos? que contextos?** Um estudo etno-sociológico. 1999. Dissertação (Mestrado) – FCSHUL, Lisboa.
- BAUMAN, Z. **Liquid modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **Individualization**. London: Sage, 2002.

CARIA, T. H. A Cultura profissional dos professores: o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____. *Saber Profissional*. Coimbra: Almedina, 2005.

_____. A mobilização de conhecimento em situação de trabalho profissional", In: V. Fartes e R. G. S. Maria (Eds.), *Currículo, Formação e Saberes Profissionais: a revalorização epistemológica da experiência*. Salvador: Editora EDUFBA, p. 126-148, 2010.

_____. Perspetivar a intervenção social: reflexões e dados sobre o trabalho Profissional e o uso do método etnográfico no terceiro sector", In: P. G. Silva, O. Sacramento e J. Portela (Eds.), *Etnografia e Intervenção Social*. Lisboa: Colibri, p. 271-296, 2011.

_____. O trabalho profissional burocrático: modelo de análise sobre a profissionalização do trabalho social em organizações do sector não lucrativo em Portugal. *Dados, revista de Ciências Sociais*, vol. 56, no 4, p. 803-839, 2013.

_____. O uso do método etnográfico no estudo do trabalho e do conhecimento profissionais". In: L. Torres e J. Palhares (Eds.), *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais da Educação*. Farnalício: Húmus, p. 39-64, 2014.

CARIA, T. H.; PEREIRA, F. Aplicação do modelo de análise do trabalho profissional burocrático ao trabalho social no terceiro sector", In: T. H. Caria e F. Pereira (Eds.), *O Trabalho Social Profissional No Terceiro Sector*. Viseu, *Psicosoma*, p. 63-95, 2014a

CARIA, T. H.; PEREIRA, F. O trabalho social profissional no terceiro sector. Viseu: *Psicosoma*, 2014b.

CARIA, T. H. e PEREIRA, F. Social work like as a bureaucratic professional labour: an empirical analysis In non-profit organizations in northern Portugal. *European Journal of Social Work*, vol. 19, no 1, p. 120-139, 2016.

CARIA, T. H.; PEREIRA F. (Eds), *Saber profissional em Serviço Social: uma perspetiva etnográfico-situacional*. Viseu, *Psicosoma*, 2017.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. Fieldwork, reciprocity, and the making of ethnographic texts: the example of Maurice Leenhardt. *Man*, v. 15, n. 3, p.518-532, 1980. <https://doi.org/10.2307/2801348>.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Eds.). **Writing culture**: the poetics and politics of ethnography. Berkeley: California University Press, 1986.

CSORDAS, T. Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos*, v. 18, n. 1, p.5-47, 1990. <https://doi.org/10.1525/eth.1990.18.1.02a00010>.

DESJARLAIS, R.; THROOP, C. J. Phenomenological approaches in anthropology. *Annual Review of Anthropology*, n. 40, p.87-102, 2011. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092010-153345>.

DODIER, N. Les appuis conventionnels de l'action: éléments de pragmatique sociologique. *Réseaux*, n. 62, p.63-95, 1993. <https://doi.org/10.3406/reso.1993.2574>.

DURANTI, A. Husserl, intersubjectivity and anthropology. *Anthropological Theory*, n. 10, p.16-35, 2010. <https://doi.org/10.1177/1463499610370517>.

FABIAN, J. **Memory against culture**: arguments and reminders. Durham: Duke University Press, 2007.

FARTES, V. A recontextualização do conhecimento profissional no trabalho de controladores de processos na indústria petrolífera e de gás do Brasil. In: CARVALHO, T.; SANTIAGO, R.; CARIA, T. H. (Eds.). **Profissionalismo e sociedade do conhecimento**: tendências, problemas e perspectivas. Porto: Afrontamento, 2012. p.81-96.

FILIPPE, J. P. Narratividade, reflexividade e legitimidade em educação especial. In: CARIA, T. H. (Org.). **Saber profissional**. Coimbra: Almedina, 2005. p.93-139.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GRANJA, B. **Identidade e saber dos Assistentes Sociais**. 2008. Tese (Doutoramento) - Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade do Porto, Porto.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

HALLOWELL, A. **Culture and experience**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1955. <https://doi.org/10.9783/9781512816600>.

HANNERZ, U. Being there... and there... and there! Reflections on multi-site ethnography. *Ethnography*, n. 4, p.201-216, 2003. <https://doi.org/10.1177/14661381030042003>.

HENRY, R. Confronting ethnographic holism: field site or field of sociality? *Canberra Anthropology*, v. 22, n. 2, p.51-61, 1999. <https://doi.org/10.1080/03149099909508348>.

HUSSERL, E. **Ideas pertaining to a pure phenomenology and to a phenomenological philosophy**: studies in the phenomenology of constitution. Dordrecht: Kluwer Academic, 1989. <https://doi.org/10.1007/978-94-009-2233-4>.

_____. **Ideas**: general introduction to pure phenomenology. Oxon and New York: Routledge, 2012.

JACKSON, M. (Ed.). **Things as they are**: new directions in phenomenological anthropology. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

LASH, S. La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S., **Modernización reflexiva**: política, tradición y estética en el orden social moderno. Madrid: Alianza, 2001. p.137-207.

- LEHN, D.; HITZLER, R. Phenomenology-based ethnography: introduction to the special Issue. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 44, n. 5, p.539-543, 2015. <https://doi.org/10.1177/0891241615595436>.
- LOPES, D. Números em foco: sobre a gestão de risco no sector da banca de retalho. In: CARIA, T. H.; FARTES, V.; LOPES, A. **Saber e formação no trabalho profissional relacional**. Salvador: Edufba, 2013. p.99-116.
- LOUREIRO, A. O trabalho e o saber dos profissionais-técnicos de educação e formação de adultos. In: CARIA, T. H. (Org.). **Saber profissional**. Coimbra: Almedina, 2005. p.169-196.
- LUFT, S. Husserl's theory of the phenomenological reduction: between life-world and cartesianism. **Research in Phenomenology**, n. 34, p.198-234, 2004. <https://doi.org/10.1163/1569164042404518>.
- MALINOWSKI, B. **Argonauts of the western pacific**. Londres: Routledge, 2002. <https://doi.org/10.4324/9780203421260>.
- MARCUS, G. Au-delà de Malinovsky et après *writing culture*: à propos du futur de l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie. **Ethnographiques**, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.ethnographiques.org/2002/>> Acesso em: Abril 2002.
- _____. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Revue of Anthropology**, n. 24, p.95-117, 1995.
- MARCUS, G.; CUSHMAN, D. Ethnographies as texts. **Annual Revue of Anthropology**, n. 11, p.25-69, 1982. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.11.100182.000325>.
- MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1945.
- MONTES, V. A. **Os saberes profissionais do guia de turismo em situação de trabalho**. 2013. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- OTTO, T.; BUBANDT, N. (Eds.). **Experiments in holism: theory and practice in contemporary anthropology**. Chichester-Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. <https://doi.org/10.1002/9781444324426>.
- PEREIRA, F. Os saberes profissionais-técnicos em associações e cooperativas agrárias. In: CARIA, T. H. (Org.). **Saber profissional**. Coimbra: Almedina, 2005. p.141-167.
- PINK, S.; MORGAN, J. Short-term ethnography: intense routes to knowing. **Symbolic Interaction**, v. 36, n. 3, p.351-361, 2013. <https://doi.org/10.1002/symb.66>.
- QUÉRÉ, L. La cognition comme action incarnée. In: PHARO, P.; BOUVIER, A.; BORZEIX, A. **Sociologie et connaissances**. Paris: CNRS Editions, 1998. p.143-164.
- QUÉRÉ, L.; SCHOCH, C. The still neglected situation? **Réseaux**, v. 6, n. 2, p.223-253, 1998. <https://doi.org/10.3406/reso.1998.3344>.
- RABINOW, P. Discourse and power: on the limits of ethnographic texts. **Dialectical Anthropology**, v. 10, n. 1-2, p.1-13, 1985. <https://doi.org/10.1007/BF00244246>.
- RAMOS, M. O estudo dos saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, v. 30, n. 4, p.105-125, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000400006>.
- SANTOS, A. Q. **Itinerâncias rizoéticas: saberes e formação docente na educação profissional e tecnológica**, 2012. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SCHUTZ, A. **The problem of social reality**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.
- THORNTON, R. The rhetoric of ethnographic holism. **Cultural Anthropology**, v. 3, n. 3, p.285-303, 1988. <https://doi.org/10.1525/can.1988.3.3.02a00050>.
- TUFFORD, L. Bracketing in qualitative research. **Qualitative Social Work**, v. 11, n. 1, p.80-96, 2012. <https://doi.org/10.1177/1473325010368316>.
- TURNER, V.; BRUNER, E. (Eds.). **The anthropology of experience**. Urbana-Champaign: University of Illinois Press, 1986.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 1991.

¹ Os conceitos *noumena* e *phenomena* são aqui utilizados com um sentido próximo da acepção que lhes foi atribuída na filosofia kantiana (KANT, 1989).

² A discussão em torno do holismo etnográfico, seus limites e possibilidades, tem sido objecto de atenção da antropologia nas últimas duas décadas, como atestam os trabalhos de Thornton (1988) e Henry (1999).

³ [DETALHES RETIRADOS PARA AVALIAÇÃO CEGA].

⁴ O trabalho de campo foi realizado por duas etnógrafas, ambas do sexo feminino, tendo cada uma delas realizado três observações participantes e três diários de campo de trabalho social.

⁵ Sobre os conceitos de integração e banalização do etnógrafo na investigação etnográfica ver Caria (2014).

⁶ Isto acontece sem que os seus membros deixem de evidenciar a sua identidade social noutros contextos e, por sua vez, tais contextos não deixam de influenciar o que se passa nos espaços e tempos de trabalho.

⁷ Sobre esta empatia, Duranti (2010, p. 22) acrescenta uma ideia interessante: “This kind of empathetic (and hence non-rational, non-cognitive) understanding of others comes out of our exposure to their bodies moving and acting in ways that we recognize as similar to the ways in which we would act under similar circumstances”. Compreende-se, assim, a já antiga proposta de Csordas (1990, p. 5) de “embodiment as a paradigm for anthropology”, ou seja, um postulado metodológico segundo o qual “the body is not an *object* to be studied in relation to culture but is to be considered as the *subject* of culture, or in other words as the existential ground of culture”.

⁸ Sobre o conceito de *bracketing*, ver, também, Tufford (2012).

⁹ Importa, por isso, não esquecer que a textualização antropológica, iniciada ainda no terreno sob a forma de notas e narrativas, representa um processo marcadamente dialógico, recorrendo à polifonia e, assim, evidenciando a intersubjectividade do conhecimento e da autoria da produção etnográfica (CLIFFORD, 1980; MARCUS; CUSHMAN, 1982; RABINOW, 1985).